

# PARECERES

## CONFLITO DE COMPETÊNCIA

**entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual. O Juiz somente está subordinado ao Tribunal ao qual seja hierarquicamente vinculado. A Súmula 55 do Superior Tribunal de Justiça.**

ATHOS GUSMÃO CARNEIRO

SUMÁRIO: 1. Súmulas dos eventos juridicamente relevantes – 2. Das teses discutidas – 3. Da matéria a ser dirimida nos conflitos de competência.

“Tribunal Regional Federal não é competente para julgar recurso da decisão proferida por juiz estadual não investido de jurisdição federal”.

*Superior Tribunal de Justiça, Súmula 55*  
“Compete aos Tribunais Regionais Federais:

I – processar e julgar, originariamente: (...)

c) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal; (...)”

*Constituição Federal, art. 108*

Tendo em vista o Conflito de Competência n. 8.512 – STJ, fui consultado a respeito da possibilidade jurídica de, por via de ação de mandado de segurança contra ato judicial, um Tribunal Regional Federal *ordenar a magistrado estadual a sustação da execução de sentença proferida no foro estadual*, isso, *ultima ratio*, sob o argumento de que a União Federal deveria ter participado da demanda como litisconsorte, ou como assistente litisconsorcial.

### 1. Súmulas dos eventos juridicamente relevantes

1. A firma consulente promoveu contra a Rede Ferroviária Federal S/A (esta

como sucessora da Engefer, em cujos direitos e obrigações sub-rogou-se a RFFSA) uma *ação indenizatória*, por danos decorrentes da rescisão de contrato de construção de um trecho da chamada ‘Ferrovia do Aço’.

Esta demanda foi julgada procedente perante a 10.<sup>a</sup> Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, em sentença confirmada, à unanimidade, pela Eg. 8.<sup>a</sup> *Câmara Cível* do Tribunal de Justiça desse Estado.

A RFFSA manifestou recurso especial que, não admitido, propiciou a interposição de agravo de instrumento, igualmente desacolhido, bem como o foi o subsequente agravo regimental.

2. Tendo o v. aresto transitado em julgado, a autora promoveu sua execução definitiva perante a 10.<sup>a</sup> Vara Cível – CPC, art. 575, inc. II. Na ação de execução, as partes vieram a acordar no pagamento do débito, mediante o usufruto de rendas da executada, em 10 prestações mensais, conforme compromisso firmado em audiência e homologado pelo juiz, em 1.<sup>o</sup> 09.1993; logo após, em outubro do mesmo ano, foi autorizado o pagamento mediante a apreensão de créditos da executada contra uma outra empresa.

3. Estava a execução nessa fase quando a União Federal nela peticionou, pretendendo ‘intervir litisconsorcialmente’ (*sic*), sob o fundamento maior de que também seria responsável pelo débito da Rede para com a exequente, inculcando-se como ‘devedora solidária’, e assim ‘litisconsorte obrigatória’ (*sic*). Rogou que o juiz se declarasse absolutamente incompetente, com “o decreto da nulidade absoluta do processo principal e desta carta de sentença, declinando-se para o Foro Federal” (*sic*).

4. Tal petição resultou indeferida de logo pelo magistrado, porque subscrita por pessoa não inscrita na OAB. Posteriormente, através de advogado inscrito, a União suplicou a “reconsideração” da decisão, obtendo êxito, porquanto o juiz titular da 10.<sup>a</sup> Vara Cível determinou (provimento de 4 de outubro do ano transacto) a remessa dos autos “à Justiça Federal, seção do Rio de Janeiro, a quem caberá apreciar o alegado interesse da União Federal”.

5. *Contra esta decisão* a exequente Semenge veio a apresentar Agravo de Instrumento, e ainda impetrou Mandado de Segurança buscando – na linha de conhecida construção pretoriana –, atribuir-lhe efeito suspensivo.

Nesse mandado de segurança, distribuído à 8.<sup>a</sup> Câmara Cível do Tribunal de Justiça, a medida liminar foi concedida (decisão de 04.11.1993).

A execução, destarte, restou desembargada, e pronta a prosseguir.

6. A União Federal, todavia, não aguardando o julgamento do mandado de segurança pendente na 8.<sup>a</sup> Câmara Cível do TJRJ, ajuizou perante o *Tribunal Regional Federal da 2.<sup>a</sup> Região* (petição de 24.11.1993) um segundo *Mandado de Segurança*, com pedido de liminar, e de que ao final fosse decretada “a incompetência absoluta do MM. Juízo da 10.<sup>a</sup> Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, decretando conseqüentemente a nulidade do processo principal e da carta de sentença” (*sic*).

7. A Eminentíssimo Presidente do E. Tribunal Regional Federal, a Exma. Juíza Dra. Julieta Lidia Lunz, sob o entendimento de que a União seria litisconsorte necessária, “e face a sua condição de principal obrigada e já agora principal executada” (*sic*), deferiu a liminar, e em conseqüência ordenou ao MM. Juiz de Direito da 10.<sup>a</sup> Vara Cível da Justiça do Estado do Rio de Janeiro a sustação da execução, e ao BANERJ a abstenção de qualquer pagamento, bem como requisitou ao juízo estadual a prestação de informações (decisão de 13.01.1994).

Esta orientação, diga-se, foi mantida pelo Eminentíssimo Relator do aludido *writ* no Eg. TRF da 2.<sup>a</sup> Região, o Exmo. Juiz D’Andrea Ferreira (decisão de 07.03.1994).

8. Tendo o MM. Juiz estadual da 10.<sup>a</sup> Vara Cível acatado a ordem emanada da Justiça Federal de 2.<sup>o</sup> grau, a exequente Semenge interpôs mais um Mandado de Segurança perante a preventa 8.<sup>a</sup> Câmara Cível do TJRJ. O Exmo. Des. Manoel Carpena Amorim, *ut* ofício datado de 30 de março p.p., deferiu a liminar, face à “manifesta ilegalidade do despacho atacado” (*sic*).

A execução, pois, foi novamente desembargada (...).

9. Ante a situação criada, a firma Semenge, na qualidade de parte no polo ativo da ação de execução, de *impetrante* nos mandados de segurança ajuizados perante a 8.<sup>a</sup> Câmara Cível do TRJR e de *litisconsorte passiva necessária* no *writ* pendente no TRF da 2.<sup>a</sup> Região, veio a suscitar conflito positivo de competência ante o C. Superior Tribunal de Justiça, postulando seja declarada competente a 10.<sup>a</sup> Vara Cível da Justiça estadual do Rio de Janeiro “para o processamento da execução ora em curso” (petição protocolada no E. STJ aos 6 de abril corrente).

10. No dia imediato, 7 de abril, um segundo conflito positivo de competência foi apresentado, agora pela União Federal,

com a assertiva de que no caso não incidiria a Súmula 55 do STJ, porque “não se trata do caso em que uma Corte federal se pretenda competente para julgar recurso de decisão de Juiz estadual. Cuida-se, isto sim, de pedido de assistência, feito pela União Federal, num processo de execução instaurado contra uma controlada sua. Só a Justiça Federal pode apreciar o cabimento dessa assistência” (*sic*).

## 2. Das teses discutidas

11. *Impende fixar com precisão qual a matéria submetida ao julgamento da C. 2.ª Seção do Superior Tribunal de Justiça* (Reg. Interno, art. 9.º, § 2.º, inc. II), nos conflitos de competência acima referidos, e dos quais é Relator o Eminente Min. Cláudio Santos.

12. Sustenta a União Federal, e está na decisão da Eminentíssima Juíza Presidente do TRF da 2.ª Região, que a União seria litisconsorte necessária na execução, ante a qualidade de principal obrigada, “e já agora principal executada”.

A assertiva parece, d.v., abstrusa e, quando menos no caso concreto, a todas as luzes improcedente. A União *não* figurou na lide, no processo de conhecimento, como parte ré, simplesmente porque *de todo alheia às relações de direito material havidas entre a empresa construtora ferroviária e a Engefer*, subsidiária da RFFSA.

Quando a Engefer foi extinta, transformando-se na Companhia Brasileira de Trens Urbanos, dispôs o Decreto 89.396, de 22.02.1984:

“Art. 2.º (...)

§ 2.º. A RFFSA absorverá os ativos operacionais da Engefer que sejam incompatíveis com o objeto social da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, *sub-rogando-se*, em sucessão civil e comercial, *nos direitos e obrigações resultantes das obras de engenharia ferroviária que estiverem a cargo da Engefer*” (grifei).

Como bem exposto pela consulente (arrazoado apresentado ao MM. Relator do MS 5.579, no TRF da 2.ª Região), “o passivo da Engefer é de exclusiva responsabilidade da RFFSA, e de mais ninguém”. Os pagamentos que vêm sendo feitos à Semenge, pelo acordo com a RFFSA no processo de execução, o são por uma devedora da RFFSA, A. M. B. R. – Minerações Brasileiras Reunidas, empresa particular.

Aliás, pela Lei 7.862, de 30.10.1989, art. 2.º, § 2.º, é defeso à União “destinar às empresas públicas e às sociedades de economia mista, sob a forma de aumento de capital, recursos para a cobertura de despesas correntes, bem como para a amortização de crédito”. O v. acórdão, que fixou a indenização devida à Semenge, é de 1991.

Apenas para ressarcir tarifas reprimidas (caso dos ramais deficitários) é que, consoante o Dec.-lei 2.178, de 04.12.1984, a RFFSA poderá obter recurso da União.

13. A União Federal não foi condenada na ação de ressarcimento, mesmo porque nela não figurou no pólo passivo. Não pode ser, portanto, executada.

Não é a União, nem mesmo *ex vi legis*, co-devedora ou principal obrigada nos débitos de ordem civil contraídos pela RFFSA, sociedade de economia mista, ou pela mesma assumidos.

A ação indenizatória, ajuizada pela Semenge, correu perante o juízo civil competente, nos termos abonados pela Súmula 44 do E. Superior Tribunal de Justiça, *verbis*: “Compete à Justiça comum estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento”.

*Todavia, s.m.j., esta relevante questão, vista de forma equivocada pela Eminentíssima Juíza Presidente do Eg. TRF da 2.ª Região, não é pertinente para o julgamento do presente conflito de competência.*



14. Outra questão é a da *admissibilidade da intervenção de terceiro, como assistente simples ou litisconsorcial, em processo de execução de sentença*.

A doutrina prevalecente é no sentido de que, nos próprios termos do art. 50 do CPC, a assistência só terá lugar quando a um terceiro assistir *jurídico interesse* em que a *sentença venha a ser favorável a uma das partes*, que será a assistida.

A assistência supõe pois um processo de sentença, em que uma lide, quer principal, acessória ou cautelar, deva ser resolvida. *Não é o caso do processo de execução*, como pacífico.

O Prof. Alcides de Mendonça Lima leciona:

“Entendemos, assim, que a assistência, na execução, a) deve ser permitida, se for baseada em título extrajudicial, desde que haja embargos do devedor pois, em caso contrário, não haverá o que ajudar, auxiliar, cooperar; b) deve ser vedada, se for baseada em título judicial, porque a ajuda, o auxílio e a cooperação já se exauriram com a sentença exequenda, nada mais restando a fazer em benefício do credor ou do devedor e, conseqüentemente, do próprio pretendido assistente, qualquer que seja a posição por ele assumida junto à parte principal” (*Comentário ao CPC*, Forense, Vol. VI, 6.<sup>a</sup> ed., n. 219, p. 96).

Mestre Arruda Alvim:

“Admite-se a intervenção do assistente em qualquer tipo do procedimento, exceto, entendemos nós, nos procedimentos puros de execução. E isto porque nos procedimentos puros de execução inexistente sentença a ser prolatada e o objetivo da intervenção do assistente é lutar e conseguir uma sentença favorável a uma das partes, isto é, à assistida, à qual se agrega” (*CPC Comentado*, Ed. RT, 1976, Vol. III, p. 19 – também p. 37-38).

O Prof. Humberto Theodoro Junior:

“... parece-nos intuitivo que dada a inexistência de julgamento de mérito, nunca se poderá falar em assistente do

credor ou exequente, quando a execução não sofrer embargos do executado ou terceiros” (*Processo de Execução*, LEUD, 7.<sup>a</sup> ed., p. 38-39).

Em sede doutrinária, tivemos oportunidade de enfatizar que a assistência cabe:

“(...) no processo de conhecimento, sob rito comum ordinário ou sumaríssimo, ou sob procedimentos especiais; e assim também no processo cautelar, que igualmente finda por uma sentença favorável a uma das partes. No processo de execução propriamente dito descabe a assistência, salvante no processo incidental (que é de cognição) dos embargos do devedor, e no processo de liquidação de sentença (Resp. 586, Ac. de 20.11.1990, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo)” – (*Intervenção de Terceiros*, Saraiva, 6.<sup>a</sup> ed., 1994, v. 18.2, p. 109).

Todavia, s.m.j., também esta relevante *questão poderá e deverá ser apreciada em sede processual outra que não a do presente conflito de competência*.

15. Seria passível de controvérsia, neste conflito de competência, o tema relativo a qual o *juízo competente* para conhecer dos pedidos de assistência da União Federal, ou de entidade pública federal?

A posição prevalecente é no sentido de que, em demanda ajuizada perante a Justiça comum, ocorrente pedido de intervenção da União ou de ente público federal, como assistente ou oponente, alegando jurídico interesse na intervenção, caberá ao juiz federal, e não ao juiz da causa, “apreciar da legitimidade do pedido de intervenção ou de oposição, e aceitá-lo ou não” (*Jurisdição e Competência*, A.G.C., Saraiva, 5.<sup>a</sup> ed., n. 83, p. 84-85).

Arestos existem, todavia, no sentido de que, em sendo à evidência incabível e procrastinatório o pedido de assistência, ao próprio juiz da causa pertenceria a faculdade de rejeitá-lo *in limite*, num juízo antecipado de inadmissibilidade.

A questão é relevante.

Mas, *neste conflito de competência*, ainda não cabe apreciá-la. Ainda não



cabe dizer se bem ou mal, se legal ou ilegalmente agiu o juiz estadual ao remeter o pedido de assistência ao juízo federal.

### 3. Da matéria a ser dirimida nos conflitos de competência

16. *A questão aqui, como tema fundamental, básico, de nível constitucional, é a de definir qual o juízo recursal competente para julgar se o juiz estadual agiu mal, ou se bem agiu, ao decidir pela remessa do pedido de assistência à Justiça Federal!*

Se o juiz da causa manda remetê-lo à Justiça federal, e uma das partes recorre desta decisão via agravo de instrumento (como ocorreu no presente caso), ou a impugna via ação autônoma (como também ocorreu no presente caso), qual o Tribunal competente para apreciar o agravo de instrumento, ou para processar e julgar a ação autônoma de impugnação, in casu a ação mandamental?

A mesma pergunta poderia ser formulada se o juiz da causa, ante o pedido de assistência, houvesse negado a remessa do pedido à Justiça Federal e resolvesse, ele mesmo juiz estadual, indeferir, ou deferir, a petição de intervenção formulada pela União.

17. *A resposta a tal questão somente pode ser uma:*

Julgar se o juiz estadual, ou juiz federal, ao proferir qualquer decisão ou sentença, agiu bem ou agiu mal, é missão atribuída pela ordem jurídica ao Tribunal ao qual se encontra o mesmo juiz vinculado na linha hierárquica jurisdicional. E isso tanto em caso de recurso, como em caso de mandado de segurança contra ato judicial, que se reveste, ao fim e ao cabo, da natureza de ação cautelar ou, excepcionalmente, de 'sucumbência recursal'.

Se, no caso concreto, a decisão do juiz estadual, não importa se certa ou errada, foi impugnada pela parte exequente, so-

mente o Tribunal de Justiça do Estado é competente para manter, para cassar ou para reformar tal decisão!

E se alguma das partes considerar passível de censura o próprio veredicto de segundo grau, caber-lhe-á contra tal acórdão usar dos recursos previstos perante o Pretório Excelso ou perante o Superior Tribunal de Justiça.

Mas jamais será admissível, pela via recursal ou pela via mandamental autônoma, um Tribunal federal reexaminar decisão de juiz estadual, ou Tribunal estadual reexaminar decisão de juiz federal.

18. A Eminentíssima Juíza Presidente do TRF da 2.<sup>a</sup> Região, e o Eminentíssimo Juiz Relator do MS impetrado pela União Federal, relegaram a total oblição a norma constitucional do art. 108, I, c, segundo a qual compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, "os mandados de segurança e os habeas data contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal".

O Tribunal Regional Federal é absolutamente incompetente, seja qual for o motivo jurídico invocado ou a matéria questionada, para processar e julgar mandado de segurança contra ato de juiz estadual.

De forma similar, o C. Superior Tribunal de Justiça reiteradamente se tem declarado incompetente para processar e julgar originariamente mandado de segurança contra ato de Tribunal estadual ou de Presidente de Tribunal estadual, ou de Tribunal federal ou de Presidente de Tribunal federal.

A jurisprudência a respeito é uniforme, decorre do texto do art. 105, inc. I, b, da Lei Maior, e resultou cristalizada na Súmula STJ – 41.

19. Vale, já agora, invocar a Súmula do STJ 55, consignada ao início do presente parecer:

"Tribunal Regional Federal não é competente para julgar recurso de decisão proferida por juiz estadual não investido de jurisdição federal".



A norma sumulada compreende aliás, a todas as luzes, os recursos propriamente ditos, e também as ações autônomas de impugnação voltadas contra decisões de juiz estadual, no presente caso a ação mandamental erigida pela União em verdadeiro 'sucedâneo recursal'. *Ubi eadem est ratio, ibi idem ius*.

Os arestos formadores da Súmula deixam claro competir ao Tribunal estadual processar e julgar recurso interposto de decisão ou sentença de juiz estadual sob sua jurisdição, ainda que seja para, se for o caso, anular ou cassar a sentença e mandar remeter o feito ao juízo federal ou trabalhista competente. Aos mesmos arestos devo reportar-me.

20. No alusivo ao tema da intervenção de terceiros, mediante assistência ou oposição, com pretensão ao deslocamento de competência para a Justiça Federal, já em sede doutrinária expendemos as considerações seguintes:

"Neste tema têm surgido dúvidas a respeito da competência recursal, dúvidas que podem ser afastadas pela aplicação da regra de que as decisões dos juízes estaduais somente podem ser revistas por tribunal estadual, e as decisões dos juízes federais somente por tribunal federal. Assim, se o juiz decide, ele mesmo, indeferir postulação da União visando intervir na demanda, tal decisão somente poderá ser revista pelo Tribunal do Estado, ao qual caberá anulá-la e determinar a remessa dos autos à Justiça Federal (STJ, 2.<sup>a</sup> Seção, CC 2.312, j. 29.04.1992, Rel. Min. Athos Carneiro, por ementa no Anexo III). Se o juiz federal resolve admitir a mencionada intervenção, quem a tanto se oponha deverá recorrer ao Tribunal Regional Federal" (*Jurisdição e Competência* cit., v. 83, p. 85).

21. O CC 2.312, acima citado, apresenta a seguinte ementa:

"Conflito negativo de competência. Apelação interposta de sentença de juiz estadual.

Se o Tribunal de Justiça considera a

Justiça do Estado como incompetente, *ratione personae*, para processar e julgar causa ajuizada contra a Caixa Econômica Federal, cabe-lhe anular o ato decisório e determinar a remessa do feito ao juízo federal que entender competente, não devendo remeter o processo ao Tribunal Regional Federal.

Nenhum tribunal, salvante em casos de jurisdição delegada, pode rever atos de juízes que lhe não são vinculados.

Conflito conhecido, declarado competente para conhecer do recurso o Tribunal de Justiça de Santa Catarina".

A decisão foi unânime, participando do julgamento os Eminentíssimos Mins. Bueno de Souza, Presidente, Waldemar Zveiter, Fontes de Alencar, Cláudio Santos, Sálvio de Figueiredo, Barros Monteiro, Eduardo Ribeiro e Dias Trindade, além do signatário do presente parecer, como Relator.

22. *Ante todo o exposto, é de afirmar que:*

A) *Somente o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro* detém competência para rever a decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 10.<sup>a</sup> Vara Cível da Comarca da Capital, em causa conhecida e processada por inserir-se na competência (não delegada) da justiça comum do Estado;

B) *Não pode o Tribunal Regional Federal da 2.<sup>a</sup> Região*, por sua Presidência ou por qualquer órgão fracionário, quer em grau de recurso como por via de ação mandamental, rever a decisão do aludido Juiz estadual, que no exercício de suas próprias atribuições jurisdicionais não está sujeito à autoridade do tribunal federal;

C) *Não pode o Tribunal Regional Federal da 2.<sup>a</sup> Região*, por sua Presidência ou por qualquer órgão fracionário, opor-se à execução ou à plena eficácia da liminar concedida por Des. Relator no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e que determinou ao MM. Juiz de Direito da 10.<sup>a</sup> Vara o prosseguimento da execu-

ção da sentença proferida no juízo estadual e transitada em julgado;

D) *Se a União Federal*, ou quem seja parte ou pretenda sê-lo, entender que a decisão do Relator do MS pendente no Tribunal de Justiça, ou que Acórdão do mesmo Tribunal, esteja contaminado por vício de nulidade ou haja incorrido em erro na apreciação dos fatos ou do direito, cabe à União ou à parte insurgir-se *mediante o uso dos recursos previstos na lei processual e nos termos permitidos na Constituição da República*.

23. Concluindo, entendemos, s.m.j., que o conflito positivo de competência apre-

sentado pela Semenge – CC 8.512 – deve:

a) *ser conhecido*, porque inobscurecível que tanto o Tribunal Regional Federal como o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro pretendem exercer jurisdição sobre uma mesma lide pendente;

b) *ser declarado procedente* o conflito e competente a Justiça estadual do Estado do Rio de Janeiro para apreciar quaisquer recursos ou ações de impugnação relativos a decisões do MM. Juiz de Direito da 10.<sup>a</sup> Vara Cível da capital daquele Estado, na lide pendente.

É o nosso parecer, *sub censura*.